



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**PET no HABEAS CORPUS Nº 637769 - MG (2020/0349513-2)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**REQUERENTE** : ARTUR RAIANDER MINGHELLI FERREIRA FONSECA  
PERFEITO  
**ADVOGADO** : SEMIAO REZENDE MOREIRA - MG044696  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

### DESPACHO

Cuida-se de petição (fls. 87-92 e 93-99) recebida como pedido de reconsideração, apresentado por ARTUR RAIANDER MINGHELLI ASSUNÇÃO, contra a decisão que indeferiu liminarmente o *habeas corpus*.

Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior, o pedido de reconsideração pode ser recebido como agravo regimental, ante o princípio da fungibilidade recursal, desde que apresentado no prazo legal, como ocorreu no caso dos autos.

Assim, tendo em vista as razões lançadas na petição de fls. 87-92 e 93-99, conheço do pedido de reconsideração como agravo regimental e determino a vista ao "recorrente para, no prazo de 5 (cinco) dias, complementar as razões recursais, de modo a ajustá-las às exigências do art. 1.021, § 1º, aplicando-se, *mutatis mutandis*, o § 3º do art. 1.024 do Código de Processo Civil.

Após, encaminhe-se os autos ao relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente